

A Ética do Antigo Testamento

Chances e Riscos para hoje

Erhard S. Gerstenberger

1. Pontos de Partida

É claro: um professor de Antigo Testamento vai discorrer sobre o único assunto do qual sabe alguma coisa, quer dizer, as escrituras hebraicas da Bíblia. Se este fosse o único ponto de partida, todos nós já estaríamos de acordo antes de virmos aqui.

Mas restam ainda alguns pressupostos a serem esclarecidos, como os seguintes:

A Bíblia toda é um verdadeiro tesouro ético¹, porque foi usada como orientação geral para a conduta certa durante muitos séculos, não só nas igrejas cristãs, mas também na sociedade política. Quem não conhece os dez mandamentos? O sermão do monte ou as respostas de Jesus referentes à interpretação da lei mosaica (cf. Mt 22.34-40; 19.16-22) — não teriam significado atual? Justamente porque acredito com firmeza no valor inestimável da herança bíblica também estou convicto de que temos este tesouro em vasos de barro (cf. 2 Co 4.7), i. é, em articulações provisórias e contemporâneas. O comportamento justo, ou seja, legitimado aos olhos de Deus e perante a consciência humana, está bastante ligado à cultura vigente e à estrutura da sociedade na qual vivem os sujeitos éticos. Já na própria Bíblia temos vários modelos do “justo”; compare, p. ex., Sl 1; 15; Ez 18; Êx 20.1-17; Lv 19; Jó 31. E a palavra de Deus só usa os idiomas regionais, ela se encarna cada vez nos parâmetros da cultura e dos costumes da época. Não possuímos aquelas palavras eternas, imutáveis, nem poderíamos agüentar ou entender tais palavras “áureas”. Por isso, mudando o comportamento humano, da mesma forma mudam também as regras éticas, porque a vida, a sociedade, os valores morais das pessoas estão em constante fluxo. Não podemos ter dúvidas sobre este fato. Os nossos pais e avós não mais entendem o nosso viver, pensar e julgar. E nós mesmos, como pais e avós de novas gerações, com dificuldade acompanhamos a vida que geramos.

Há alguns que dizem: por causa de todas aquelas mudanças históricas e sociais ou ainda devido às novas posturas ensinadas por Jesus, a ética do Antigo Testamento não pode mais valer nada em nossos dias do séc. 20, que daqui a pouco vai dar lugar ao séc. 21. Vamos, o quanto antes, esquecer as instruções

primitivas do povo de Israel, opinam eles, e, sem olhar para trás, abraçar os novos valores que brotaram no cristianismo ou na época moderna. Na minha opinião até todas as rupturas de cunho científico, técnico, político, econômico ou de qualquer outro tipo que experimentamos não conseguiram acabar com os efeitos profundos dos ensinamentos bíblicos enraizados fortemente em nossas culturas da Europa e das Américas. Igualmente a pregação de Jesus, apesar da sua novidade e radicalidade, não terminou com aquelas tradições veterotestamentárias. Ainda lidamos, querendo ou não, com resíduos vivos daquelas decisões éticas tomadas na Antigüidade. Principalmente na vida familiar e sexual, no que diz respeito aos papéis da mulher e do homem, de pais e filhos, permanecem muito influentes velhíssimos conceitos que — nas comunidades cristãs — raramente foram examinados mais de perto em sua relação com as sociedades de hoje². A tarefa de refletir e investigar essas antigas normas é um forte motivo para prestar atenção ao Antigo Testamento. A outra obrigação, parece-me, reside no fato de que essas escrituras hebraicas contêm alguns princípios esquecidos de solidariedade e igualdade que podem servir de corretivo em nossos dias de isolada autonomia individual e de estratificação hierárquica. Certamente, tais valores básicos não vêm enlatados como fórmulas prontas de comportamento. São, isto sim, princípios orientadores a serem constantemente redescobertos. Vamos ver como essa ambigüidade das normas antigas, implantadas há muito tempo em nossa cultura, tem os seus efeitos sobre pessoas, pequenos grupos e a sociedade em geral.

2. O Comportamento Individual e em Grupos Íntimos

Primeiro, temos que nos conscientizar rapidamente das mudanças sociais que se passaram entre a época do Antigo Testamento (cerca de 1000 até 200 a.C.) e o nosso mundo de dois mil anos d.C., quer dizer, ao longo de quase três milênios.

Na maior parte dessa extensa história, na Palestina e em outros pontos do nosso globo, os seres humanos eram agricultores e artesãos, convivendo em famílias e clãs praticamente autônomos, subsistindo do trabalho das próprias mãos. O trabalho do conjunto garantia a sobrevivência. Os grupos familiares no Antigo Oriente normalmente incluíam um homem de meia-idade e até quatro esposas, os pais desse homem, suas irmãs solteiras ou viúvas, filhos das diversas esposas, mulheres dos filhos casados e possivelmente escravos e escravas. Assim, era considerável a força de trabalho para cuidar da terra, dos rebanhos, da casa. Estima-se uma média de 10 a 20 pessoas. Todo esse grupo convivia com a forte consciência de formar uma só entidade familiar mais ou menos fechada. Cada integrante sentia-se parte imprescindível do todo. Naturalmente, às vezes havia brigas e rixas típicas: entre irmãos, esposas, pais e filhos, anciãos e jovens. Mas, de maneira geral, desenvolvia-se no meio desses grupos de sustento primários um sentimento de convivência e solidariedade. Fora do grupo ninguém tinha chance

de sobreviver. Seres humanos dificilmente podem cultivar terras, criar animais, construir casas sozinhos.

As questões mais interessantes para nós seriam estas: no meio desses grupos familiares, como se desenvolviam regras comuns, uma ética para a convivência do dia-a-dia? Como eram resolvidos conflitos entre os membros do grupo? Qual a concentração ou descentralização da autoridade? Na verdade, temos poucas informações quanto à vida diária das famílias. Mas podemos tirar algumas idéias de alusões espalhadas nas Escrituras. Por um lado, vigorava uma certa distribuição do poder familiar entre o homem e as mulheres e os outros integrantes do conjunto, conforme as tarefas que cada qual estava cumprindo em prol do grupo³. Imagino que a mulher principal, talvez em contato com as outras esposas, determinava o que se comia cada dia. Abraão, no entanto, já mexeu com este poder de Sara, quando recebeu hóspedes (Gn 18.6: ironicamente, ele deu até a receita da massa para a esposa!). Imagino também que a mulher principal aplicava o dinheiro que sobrava de uma boa colheita, para comprar novas terras (Pv 31.16). E, naturalmente, ela determinava todos os afazeres relacionados a casa, criança pequena, jardim e horta, vestimenta, enquanto o homem estava trabalhando “no suor do seu rosto” (Gn 3.18s.) nas terras espinhosas e secas. Ele, no entanto, era o dono nominal de tudo, porque o sistema social era patrilinear, com pouquíssimos vestígios de um esquema matrilinear (cf. Gn 2.24: o homem “deixará o pai e a mãe”). A “pasta”, o ministério dele, portanto, era toda a esfera fora de casa, também no setor público (representação na Justiça, etc.). Essa divisão de trabalho e poder internos da família, no entanto, não significava uma separação total das responsabilidades. Há muitos textos que falam da íntima colaboração de mulher e homem pelo bem da família, p. ex. no campo decisivo da educação (cf. Êx 20; Lv 19.2; Pv 1-9). Apesar das narrações bíblicas não mencionarem muita conversa caseira, imagino que havia bastante discussão pelo menos entre os seus membros adultos.

Porém não há dúvida que, no decorrer dos séculos, o poder do patriarca nas famílias e nos clãs cresceu sempre mais, e a autoridade da mulher diminuiu. Fatores sociais e religiosos foram responsáveis pela perda do equilíbrio original. Basta dizer, neste momento, que o homem se tornou o representante exclusivo da família perante as outras pessoas e instituições; ele agia como proprietário dos bens comuns; ele também lidava com as pressões da macro-estrutura sobre a família (impostos, tributos, até venda de filhas e filhos como escravos [Ne 5]), e ele assumia as responsabilidades religiosas, porque o culto doméstico, bem normal em Israel até o fim dos reinados, foi proibido pelo Deuteronômio (cf. ainda Jr 44.15-19)⁴. Agora, no fim da época do Antigo Testamento, e mais violentamente nos séculos seguintes, incluindo o tempo do Novo Testamento, vemos uma crescente discriminação de mulheres. O macho dominante da família tornou-se um pequeno coronel brasileiro, como o conhecemos não somente a partir das descrições qualificadas de Gilberto Freire⁵. Na verdade, 1 Tm 2.11-15 é mais um resumo de antigos preconceitos e interpretações errôneas da Escritura, quando afirma:

A mulher ouça a instrução em silêncio com espírito de submissão. Não permito que a mulher ensine nem se arrogue autoridade sobre o marido, mas permaneça em silêncio. Pois o primeiro a ser criado foi Adão, depois Eva. E não foi Adão que se deixou iludir, e sim a mulher, que, enganada, incorreu em transgressão. (Vv. 11-14.)

Quem se enganou nesta interpretação do relato da criação com toda a certeza foram os teólogos machistas da época, no caso, do Novo Testamento⁶. Assim, os homens gradualmente assumiram papéis autoritários nos grupos íntimos, na vida pública e dentro das organizações religiosas, alegando representar uma espécie humana superior. Até o grande teólogo Karl Barth⁷ acreditava firmemente que a mulher teria direitos iguais diante de Deus, mas na sociedade humana, por ordem divina, ela seria definitivamente uma criatura secundária, com responsabilidades inferiores às do macho. Esse patriarcalismo bíblico e pseudobíblico dominava e domina até hoje a mentalidade de muitos cristãos, determinando o comportamento sexual e familiar, e, por isso, deve entrar em nossas reflexões em torno da ética antiga e moderna.

Em contraposição, coloquemos em poucas pinceladas a situação de hoje, sem elogiar nem condenar tal desenvolvimento. Como todos os modelos sociais possíveis, também o modelo “industrial” da família é ambivalente, mas nós fazemos parte dele e dificilmente optaríamos por outro sistema! As famílias há muito tempo perderam a sua importância central, a não ser em ambientes puramente rurais. Com a industrialização e a urbanização⁸ da vida perdeu-se a autonomia dos grupos íntimos. Houve uma especialização e descentralização do trabalho que, efetivamente, impediu a convivência. Surgiu, pois, a necessidade de cada pessoa adquirir, por responsabilidade própria, a capacidade de exercer uma profissão autônoma para o sustento de si mesma. A distribuição dos bens aconteceu de forma particular e horripelantemente desigual; de vez em quando são publicadas listas dos homens mais ricos do mundo.

Para a indústria, o indivíduo independente e descomprometido é o ideal. A família do trabalhador somente atrapalha e causa despesas. Em decorrência disso desenvolveu-se, junto com a industrialização, a ideologia da pessoa livre, independente, criativa, à qual pertence o primeiro lugar também na escala das normas éticas. Os direitos humanos são uma nítida expressão dessa preferência moderna. Ela implica muitas conseqüências, a saber: o antigo sistema da divisão do mundo em esferas sexuais, correspondendo à divisão dos trabalhos para o sustento, não é condizente com a produção industrial⁹. Os demônios das esferas sexuais não se coadunam com o ritmo das máquinas! Por isso, vivenciamos hoje um mundo homogêneo, que deveria oferecer chances iguais para todo ser humano, não obstante fé, raça, sexo, saúde da pessoa. Isso é justo e não podemos retornar a um estado anterior que sancionava quaisquer diferenças. Mas o individualismo da nossa época também traz consigo muito isolamento, desorientação, vazio. Na Alemanha, é notável o enorme crescimento de moradias habitadas apenas por uma pessoa ou, no máximo, por um adulto com um ou dois menores de idade. Quer

dizer: a preferência pela autonomia leva à perda total da família tradicional. Em contraposição, outras formas de convivência estão surgindo. E a maneira de viver autônoma e isoladamente influencia em muito a ética interpessoal e sexual.

Em resumo: antigamente o valor supremo que orientava o comportamento das pessoas era o grupo familiar e a solidariedade de todos os seus membros para com ele. Hoje o valor supremo aceito consciente ou inconscientemente por todas as camadas da sociedade é a pessoa enquanto indivíduo, com os seus direitos inalienáveis. Confiamos que os dois modelos opostos provenham, de uma maneira ou outra, da vontade de Deus, apesar de ambos revelarem defeitos humanos. Restam, a meu ver, orientações básicas da época bíblica, p. ex. o respeito pela vida, contrariando o prazer da morte; a valorização da liberdade em vez da escravidão; os direitos de cada ser vivo dentro de uma criação finita, bonita e integral. Mas todos os detalhes de uma ética da vida e da libertação têm que ser reformulados em face da nossa própria época, mantendo, em responsabilidade diante de Deus, justamente esses valores básicos. Eis algumas linhas de pensamento diante dos grandes desafios de mudança, referentes à ética interpessoal:

— O tamanho, bem como a estrutura da família, e também os papéis individuais de seus membros mudaram e estão mudando ainda mais. Nós temos que pensar em outras formas de convivência do que a família patriarcal. A família democrática certamente é uma opção. A comunidade de várias famílias seria outra possibilidade, da mesma forma que o convívio de grupos do mesmo sexo ou de indivíduos autônomos e mães ou pais solteiros. De qualquer forma, deveriam ser assegurados o respeito mútuo e a assistência aos mais fracos (crianças, velhos, portadores de deficiência, etc.). E as entidades extrafamiliares já ganharam, há muito tempo, uma importância muito maior do que tinham na época bíblica.

— O papel da sexualidade necessariamente está mudando. Não é mais uma força indispensável de sobrevivência familiar. Nem é um poder satânico, mas sim a dádiva boa da divindade criadora. Sobretudo, em nossos dias não podemos manter o preconceito masculino de que a mulher foi criada em função do homem. Isto significa: todas as posturas patriarcais da história eclesial de dois mil anos têm que ser reformuladas. O relacionamento entre mulher e homem só pode ser definido na base da igualdade dos sexos. A violência de todas as espécies contra a mulher é um crime inclusive dentro do matrimônio. Salários justos para as mulheres, educação equivalente à dos homens, acesso a todas as profissões, plena participação nas funções de liderança na sociedade e na Igreja, divisão do trabalho doméstico entre homem e mulher são algumas exigências evidentes.

— Da mesma forma as relações entre pais e filhos devem ser repensadas. Não mais vale o autoritarismo patriarcal, que se originava, antigamente, do valor perpétuo de todas as experiências acumuladas. Os filhos tinham que viver nos velhos padrões dos antepassados. Por isso, os pais podiam comandar ferreamente o comportamento dos jovens e castigá-los até um pouquinho antes da pancada fatal

(Pv 19.18: “Castiga a teu filho enquanto há esperança, porém não te excedas a ponto de matá-lo”). Podiam vendê-los como escravos em caso de emergência familiar (Êx 21.2-11; Ne 5). Hoje, até os mais jovens alunos estão inseridos num mundo de conhecimentos inéditos e de padrões de vida desconhecidos aos pais. Não digo que tudo o que os filhos trazem da escola seja bom; não é, de jeito nenhum. Mas esse mundo conflituoso e confuso que os jovens vivenciam tem que ser levado a sério. A autoridade antiga de simplesmente proibir determinadas ações, sem argumento algum, não é suficiente para resolver os problemas juvenis. Precisa-se de um diálogo contínuo de confiança mútua para encontrarmos juntos as pistas do comportamento responsável diante de Deus e da humanidade. Frequentemente observo isso nos meus próprios filhos; eles têm uma sensibilidade nova, condizente com os problemas atuais, que nós, pais, ainda não adquirimos. “Não compro carro porque a fumaça destrói a natureza”, diz o filho de 20 anos. “Não tomo álcool porque vejo que é uma droga forte”, fala outro. “Vou morar com a minha namorada. Nós discutimos os problemas fundamentais. Achamos melhor estar juntos”, afirma o estudante, deixando a casa paterna depois de alguns anos de namoro com a moça a quem ama. Parece-me que a fidelidade conjugal está aumentando entre os jovens, enquanto a vontade de casar está diminuindo e os casais tradicionais estão se separando em números alarmantes: sinais de uma época nova em busca de caminhos éticos certos. Pelo amor de Deus, ajudemos na reflexão conscientizada.

— O relacionamento com a geração mais velha também está se alterando na família. Na Bíblia se diz: “Honra teu pai e tua mãe” (Êx 20.12), ou: “Cada um venere a sua mãe e o seu pai” (Lv 19.3), ou ainda: “Levanta-te diante de uma cabeça branca, glorifica o ancião e tem medo de teu Deus, eu sou Javé” (Lv 19.32). Se bem que a realidade diária não tenha sido tão ideal mesmo na antigüidade bíblica (cf. Sl 71), transparece ali o estilo desejado naquela época diante da geração de idade mais avançada. E hoje? As condições de vida muitas vezes não permitem que pais idosos, entrando na “terceira idade”, possam morar com um dos filhos. Não há espaço, não há tempo para cuidar dos velhinhos e doentes. Com uma pensão assegurada, o aposentado é considerado autônomo para se manter como quiser. Ao mesmo tempo, o aposentado sai do palco oficial da vida e se torna pessoa privada, menos respeitada, menos importante. Nas nossas sociedades reina a dinâmica, talvez o “culto” da juventude ou da “segunda idade”, não, porém, a experiência dos velhos (que, de fato, muitas vezes se torna inútil, por causa do rápido progresso dos conhecimentos gerais). Então, restam os asilos para os velhos e também os clubes como o “Girassol”, que a Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas e eu iniciamos há muitos anos atrás. Decerto hoje ninguém vai mais pedir um tratamento cerimonioso para os avós. Mas, conforme a vontade de Deus e a situação atual da sociedade, temos que lutar por condições dignas e humanas para as pessoas em fase avançada da vida, tanto as de boa saúde quanto as doentes e moribundas. Uma exigência prioritária seria esta: nos lugares de

atendimento especial para pessoas idosas deveria promover-se, o mais possível, o contato com o mundo exterior, para evitar reclusões forçadas. Isto implica uma ética cristã consciente que considera membros plenos da sociedade todos os seres humanos, sem limites de idade, crença, raça e sexo, respeitando as suas experiências, capacidades, interesses, direitos, e assim visa impedir a dominação de uma determinada faixa de pessoas.

3. O Comportamento Público ou na Sociedade Abrangente

Infelizmente não temos o tempo necessário para desenvolver traços de uma ética especial para os campos da política, economia, vida religiosa, etc. Restringir-nos-emos a algumas observações gerais referentes às estruturas sociais secundárias, i. é, à grande sociedade suprafamiliar, com suas divisões. Trata-se, naturalmente, por um lado, das estruturas que nós mesmos estamos vivenciando e, por outro, daquelas que estão por trás dos textos do Antigo Testamento.

Para começar com o quadro social da antigüidade hebréia: sabemos bem que as condições de vida mudaram bastante na história milenar do povo de Israel. Os nossos antepassados espirituais passaram pela vida de nômades, de agricultores, de cidadãos de uma ou outra monarquia e, finalmente, se viram derrotados e dispersos como o povo do único Deus Javé dentro de impérios enormes dos babilônios e dos persas. Essa última fase da história judaica é a mais importante para nós. Pois a maioria dos textos sagrados da Bíblia foi composta ou revisada justamente nesse período tardio com a finalidade explícita de dar orientação ética para o povo da época exílica e pós-exílica. Certamente há vestígios do etos em épocas anteriores, em narrativas e normas avulsas, como os costumes da vingança e do talião (esta última palavra se refere à lei do “olho por olho”, cf. Gn 4.23s.; Êx 21.24). Mas, de modo geral, a orientação global nas escrituras hebraicas se dirige ao povo de Israel a partir da derrota de 587 a.C., primeiro ano do cativo babilônico (não contando uma deportação parcial de dez anos antes)¹⁰.

Quais as estruturas e condições principais, relevantes para a nossa procura de linhas éticas? A superestrutura dos impérios mundiais com todos os elementos de poder militar, jurídico, econômico, cultural e religioso naturalmente chama a nossa atenção imediata. Os reis dos reis nas distantes capitais da Mesopotâmia e Pérsia, através de organizações administrativas bem eficientes, dominavam as vastas regiões do Oriente e seus numerosos povos. Os impérios quase universais da época, na verdade, eram superpotências comparáveis às que conhecemos da história moderna. Sabemos bem que tudo o que era de interesse dos grandes reis era regulado e executado de cima para baixo até as últimas aldeias dos territórios conquistados.

Mas nem tudo se qualificava como “interesse” dos imperadores. De fato, os

persas reconheceram bem no início do seu reino que era impossível governar e administrar toda a vida diária dos diversos povos. Contentaram-se com a arrecadação correta dos impostos e deixaram cada povo configurar a própria vida jurídica, cultural, religiosa, contanto que não tentasse recuperar sua independência política. Então decretaram que cada povo estabelecesse as suas próprias provisões, não interferindo, porém, na superestrutura do império.

Os relatos sobre a atividade de Esdras, por volta do séc. 4 a.C., ainda refletem a organização da comunidade judaica no império persa. O livro da “Lei do Deus do Céu”, apresentado por edito da suprema autoridade persa ao povo de Israel na Palestina, possivelmente tem algo a ver com a Tora¹¹, que abrangia toda uma ética para a vida religiosa e civil. E isto coincide exatamente com as intenções do estado persa de dar ao povo os seus próprios regulamentos. Mas, olhando de perto, a gente nota que dentro da Tora existem várias camadas e tradições, nem todas elas congruentes e harmônicas. A base comum de todas as prescrições é o seu enfoque na comunidade judaica. As normas, portanto, provêm direta ou indiretamente de Javé, o Senhor exclusivo desse povo. Análises mais exatas mostram, no entanto, que havia pelo menos dois grupos ativos na formulação da Tora: um faz as suas colocações éticas em torno do povo mesmo, admoestando todo o mundo a aderir firmemente à fé em Javé e amar sem vacilar a Deus e ao próximo. Essa fonte teológica, que nós chamamos de Deuteronomica e Deuteronomística (porque se concentra no quinto livro de Moisés, o Deuterônimo), introduziu um verdadeiro “etos de fraternidade”¹². Todos devem se reunir em torno de Javé e da sua Tora, todos são iguais diante do Senhor, não deve haver ricos e pobres. Mas porque, infelizmente, há marginalizados dentro da comunidade, os membros têm que se empenhar muito para aliviar o ônus destes irmãos e às vezes até das irmãs. É verdade: fica muito difícil crer em um só Deus e negar estatuto igual para os outros, sejam quem forem!

Por outro lado, há uma camada diferente de prescrições que parte da vida religiosa. Pressupõe a existência do templo em Jerusalém, regula a estrutura arquitetônica, inclusive os utensílios sagrados e a execução dos sacrifícios, e dá orientações para o contato com coisas sagradas e profanas, quer dizer, contaminadoras. O livro de Levítico é um bom exemplo dessa última tradição, chamada “sacerdotal”. Mas essa camada não é puramente litúrgica e ritual. Contém, p. ex. em Lv 19 e 25, expressivos ensinamentos em torno dos fracos e marginalizados, instruções que, em parte, ultrapassam as normas do Deuterônimo. “Amarás a teu próximo como a ti mesmo” (Lv 19.18) e “Ama o estrangeiro (que mora convosco) como a ti mesmo” (Lv 19.34) são as afirmações mais impressionantes neste sentido. Todas as regras de comportamento desta tradição são colocadas a partir da perspectiva do Deus sagrado, intocável, que mora no seu santuário de Jerusalém e elimina os impuros com fogo¹³.

Vejamos: temos duas concepções diferentes da ética social nas estruturas maiores do povo de Israel advindas, provavelmente, de condições diferentes e

agrupamentos distintos da história dos sécs. 6 até 4 a.C. Ambas serviam como um tipo de catecismo para a comunidade judaica dessa época, que se sentia chamada exclusivamente pelo Deus Javé para um papel especial dentro dos impérios universais existentes. Os profetas tardios, p. ex., esperavam a destruição do mundo imperialista e sua substituição pelo reino de Deus. Não podemos descobrir essa fé na vinda do reino de Deus nos catecismos éticos mencionados.

E agora: o que podemos aprender, como podemos ligar a nossa experiência no mundo de hoje com esses testemunhos bíblicos? As analogias estruturais entre o mundo antigo e o moderno podem nos ajudar: vemos o universalismo de hoje, bem como o particularismo das nações, igrejas e associações religiosas, como paralelos dos fenômenos de outrora. Entretanto, a história da humanidade se desenvolveu em passos rápidos e assustadores nos últimos séculos. Vivemos agora, depois de vertiginoso crescimento nas ciências exatas, nas diversas áreas técnicas e, com isso, no poder manipulador da humanidade, num mundo prestes a cometer o suicídio coletivo final. Aí não mais serve qualquer ética exclusivista e particularista, com as conseqüentes denúncias de outros grupos, e a insistência em valores supremos que somente valem para o meu grupo de fé (e só podem ser adotados por empréstimo de determinados proprietários). A organização interna de cada sociedade, que até certo ponto não se compatibiliza com os outros sistemas (um atual problema grave na unificação da Europa), não deveria ser barreira insuperável. Precisa-se, isto sim, de um diálogo intenso e prolongado sobre as normas fundamentais, na área dos direitos humanos, das constituições nacionais, da ordem econômica global. O alvo comum de sobreviver por mais um tempinho na superfície do planeta azul tão bonito, ainda flutuando silenciosamente no universo infinito, deveria exercer uma certa pressão em favor de acordos e tratados. Caso contrário, em breve vamos acabar com a vida terrestre.

Então, qualquer sistema particular de uma ética interna não deve ser fechado, mas estar aberto ao sistema abrangente e global. Neste plano da ética global não se toleram mais exclusivismos, como as religiões maiores ainda preferem produzir¹⁴. Não há mais espaço para confrontações antagônicas. Em vez de propostas bitoladas de hegemonia de um só sistema temos que buscar e cultivar uma ética da responsabilidade (Hans Jonas)¹⁵ e uma ética do outro (Emmanuel Levinas)¹⁶. Na primeira, impressiona a visão global, que leva a sério o atual estado do poder humano. Evita, com efeito, as repetições vazias de velhas fórmulas de comportamento. Na segunda obra enxerga-se claramente o perigo de construir um mundo a partir do ego individual ou grupal. Para não cair nas tentações do poder egoísta e chauvinista devemos pensar primeiro nas necessidades do outro ser, e depois em nossos interesses.

Para finalizar, quero dar três exemplos de áreas nas quais pode e deve funcionar uma nova ética global a partir de antigas inspirações bíblicas de fraternidade, justiça e santidade.

— A ética da fraternidade colide, em nossos dias, violentamente com a ideologia do livre mercado, que impera em quase todos os continentes. Essa ideologia, na verdade, prega com fervor enorme a distinção nítida entre valentes (ricos), que têm condições de aproveitar o mercado, e inválidos (pobres), que não têm condições de usufruir das bênçãos do mercado. Pois em nome do livre mercado justificam-se desemprego, preços altos e salários baixos, mortes de milhares de crianças, desequilíbrios entre o Primeiro Mundo e os outros mundos, servidão de mulheres, escravidão de trabalhadores (frequentemente escravidão de menores de idade, que produzem artigos finos ou servem como prostitutas para turistas do Primeiro Mundo), destruição da natureza, exploração de recursos irrecuperáveis, o genocídio de tribos indígenas, a manipulação de material genético, a exclusão dos grupos fracos da sociedade, o racismo em muitas variações, etc.

— A responsabilidade global sob um único Deus leva não só à aceitação dos direitos humanos e de uma democracia básica com estruturas relativamente saudáveis para a sobrevivência humana, mas aceita também o valor igualitário (exceto sistemas nitidamente criminosos) de todas as religiões. No mundo pluralista de hoje, que não pode tolerar sistemas particulares absolutistas, temos que conceder direitos iguais às organizações eclesiais concorrentes. Além disso, temos que estender o nosso conceito de seres valiosos e dignos de respeito a toda a natureza. Tudo que foi criado sem a nossa interferência tem a sua própria dignidade e direito à existência. Deus criou as coisas e os seres vivos, portanto é preciso respeitar tal criação. Ela não é a nossa propriedade, não é o nosso material de prazer ou mania egoísta. Seria muito adequado falar em “irmã árvore”, “irmã borboleta”, “irmão pássaro”, “irmão riozinho” e assim por diante, como São Francisco de Assis fez em sua época.

— A Igreja cristã, como corpo de Cristo, traz consigo velhas promessas de não poder ser vencida pelas forças dos adversários de Deus (cf. Mt 16.18). Olhem, uma promessa dessas não justifica, sob hipótese nenhuma, qualquer tática ou militância em prol da própria sobrevivência eclesial. Muito ao contrário. A promessa de Deus para os fiéis de Jesus Cristo liberta para uma atitude de despreocupação quanto ao destino próprio. A Igreja não foi fundada para assegurar o seu próprio bem-estar. Antes, ela é um sacramento para o mundo, uma instituição que serve à humanidade e, se for necessário, se sacrifica pelos outros. Neste sentido, a ética desejada para os nossos dias deveria partir das necessidades daqueles que são maltratados e vivem desprovidos de quaisquer recursos, daqueles que não têm voz nem vez no conjunto das nações. Nos países “desenvolvidos” não vi ainda uma ética cristã a partir do outro. Será que escapou aos meus olhos?

E agora a palavra final: não quis lamentar, nem acusar ninguém, nem fazer uma revolução. Quis, isto sim, alertar cada ouvinte para a necessidade urgente de investigarmos novas éticas a partir da vontade do único Deus, o pai de Jesus Cristo, para o nosso tempo e a nossa esfera de responsabilidade. No processo sério de reflexão, que é imprescindível, temos que levar em conta as grandes mudanças

ocorridas no mundo desde que os escritos da Bíblia surgiram no meio do judaísmo antigo e do cristianismo nascente. Essas mudanças sociais, culturais, religiosas, que ocorreram em mais de dois milênios, desempenham papel importante na determinação daquilo que é bom para nós, aos olhos do eterno Deus.

Notas

- 1 Inúmeros são os estudos de assuntos éticos do Antigo Testamento; cf. apenas dois livros recentes: Frank CRÜSEMANN, *Die Tora*, München, Kaiser, 1992; Eckart OTTO, *Theologische Ethik des Alten Testaments*, Stuttgart, Kohlhammer, 1994. O último autor deriva o etos judaico de uma legislação precedente, o que, porém, é questionável (cf. F. CRÜSEMANN, op. cit., p. 224-228; mas cf. também a resposta do próprio E. OTTO, *Die Tora in Israels Rechtsgeschichte*, ThLZ, 118:903-910, 1993).
- 2 A revista *Veja* de 20 de março de 1996 traz uma matéria sobre uma análise feita um tanto fora da Igreja: Uta RANKE-HEINEMANN, filha de um ex-presidente da Alemanha e ex-professora de Teologia, no seu livro *Eunucos no Reino de Deus*, ataca a ética sexual da Igreja Católica Romana (cf. Roberto POMPEU DE TOLEDO, *Sexo e Pecado*, *Veja*, nº 12, 1996, 56-62).
- 3 Mais informações e conclusões a respeito desses papéis familiares no meu estudo *Mulher e Homem no Antigo Testamento*, in: Erhard S. GERSTENBERGER & Wolfgang SCHRAGE, *Mulher e Homem*, São Leopoldo, Sinodal, 1981.
- 4 Cf. Erhard S. GERSTENBERGER, *Jahwe — ein patriarchaler Gott?*, Stuttgart, 1988 (uma tradução para o inglês intitulada *Yahweh the Patriarch* vai ser publicada ainda em 1996 pela Editora Fortress-Augsburg, de Minneapolis).
- 5 P. ex. em seu estudo clássico *Casa-Grande e Senzala*.
- 6 Cf. Helen SCHÜNGEL-STRAUMANN, *Die Frau am Anfang*, Freiburg, Herder, 1989. A subestimação geral do papel da mulher nas narrativas bíblicas por parte da exegese masculina é mostrada competentemente por Imtraud FISCHER, *Die Erzeltern Israels*, Berlin, de Gruyter, 1994 (BZAW, 222); ID., *Gottesstreiterinnen*, Stuttgart, Kohlhammer, 1995.
- 7 Cf. a sua *Kirchliche Dogmatik*, Zürich, Evangelischer Verlag, 1951, vol. III,4, p. 127-269, especialmente 165-202. A posição machista do eminente teólogo hoje parece incrível. Cf., por exemplo: “A mulher não sai perdendo nada em relação ao homem, não abre mão de nenhum direito, de nenhuma dignidade, de nenhuma honra, não entrega nada ao reconhecer em termos teóricos e práticos que, na ordem, ela é justamente a mulher e, portanto (...) nesta medida está após e sob o homem” (op. cit., p. 190).
- 8 Teólogos e teólogas, bem como a Igreja em todas as suas ramificações, têm que ouvir os especialistas em sociologia e psicologia neste ponto, aprendendo deles.
- 9 Cf. Elisabeth BADINTER, *Ich bin Du*, München, DVA, 1989 (o original é em francês).
- 10 As diversas “Histórias de Israel” dão conta desses desdobramentos históricos e sociais; cf. também o estudo especial de Winfried THIEL, *A Sociedade de Israel na Época Pré-Estatal*, São Leopoldo, Sinodal, 1993.
- 11 Sendo os relatos dos livros de Esdras e Neemias projeções idealizadas, pode-se defender também a hipótese de que a “lei dos persas” era totalmente diferente do Pentateuco; cf. Rolf RENDTORFF, *Esra und das “Gesetz”*, ZAW, 96:165-184, 1984.
- 12 Lothar PERLITT, “Ein einzig Volk von Brüdern”; zur deuteronomischen Herkunft der biblischen Bezeichnung “Bruder”, in: D. LÜHRMANN & G. STRECKER, eds., *Kirche*, Göttingen,

Vandenhoeck & Ruprecht, 1980, p. 27-52 (republicado em: ID., *Deuteronomium-Studien*, Tübingen, Mohr, 1994, p. 50-73).

- 13 Cf. Erhard S. GERSTENBERGER, *Das Dritte Buch Mose; Leviticus*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1993 (ATD, 6).
- 14 Hans Küng, o teólogo católico da universidade de Tübingen proibido de lecionar em nome da sua Igreja, é um dos poucos cristãos que estão buscando uma ética global.
- 15 Cf. Hans JONAS, *Das Prinzip Verantwortung*, Frankfurt, Suhrkamp, 1987 (original em inglês: *The Imperative of Responsibility*, Chicago, University of Chicago, 1984).
- 16 Cf. Emmanuel LEVINAS, *Die Spur des Anderen*, 2. ed., Köln, Alber, 1987; ID., *Humanismus des anderen Menschen*, Frankfurt, Suhrkamp, 1989.

Erhard S. Gerstenberger
Fasanenweg 29
35394 Giessen
República Federal da Alemanha